

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Freire Gomes: Exército negou, Marinha topou

Sorte do Brasil: militares às vezes não se entendem

O relator dos processos sobre os atos golpistas no Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, resolveu não incluir como prova as conversas do agente da Polícia Federal Wladimir Soares. A razão é lógica, do ponto de vista técnico: as conversas apareceram depois da denúncia do procurador-geral da República, Paulo Conet. Então, não tinham sido incluídas como prova

por ele. Moraes afirma que elas não acrescentam fato novo ao que já se sabia. É possível. Mas, mesmo não sendo prova a ser analisada, o que disse Soares certamente servirá para aprofundar as convicções pessoais dos ministros. Porque há ali um roteiro detalhado do que foi planejado, e que só não teria sido executado porque faltou o aval do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Exército

Aval que faltou, segundo ainda o que relata o agente Soares, porque Bolsonaro “foi traído dentro do Exército”. No relato de Soares, “os generais deram a última forma e disseram que não iam apoiar mais eles”. Pelo raciocínio de Soares, “o PT” teria comprado esses generais.

Disputa

Para além dos delírios conspiratórios de quem conspirava, o que se sabe é que os comandantes militares divergiram sobre a proposta de golpe. Freire Gomes, do Exército, e Baptista Júnior, da Aeronáutica, não toparam. E houve só o apoio de Almir Garnier, da Marinha.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Prédio onde funcionou o Doi-Codi de São Paulo

No auge da repressão, Forças Armadas também divergiram

O jornalista Eumano Silva é um dos maiores especialistas do país sobre o regime militar. Sobre a ditadura, escreveu, entre outros, “Araguaia – Os arquivos secretos da Guerrilha”, em parceria com Taís Moraes, vencedor do Prêmio Jabuti em 2006. No ano passado, Eumano publicou o volume 2 de “Longa Jornada até a

Democracia – Os 100 anos do Partidão”, que conta a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de 1967 até o seu fim, quando se tornou o PPS e depois o atual Cidadania. Novamente, em muitos momentos Eumano mergulha em arquivos da ditadura. No caso, não somente para contar a perseguição aos comunistas.

Divisão

Eumano mostra que as Forças Armadas, em muitos momentos, entram numa disputa de vaidades, que provoca divisão. Um dos momentos detalhados em seu livro conta justamente como isso se deu quando os militares montaram suas ferramentas de repressão.

Sarmento

O idealizador foi o general Syseno Sarmento. Que apresentou um modelo no qual os órgãos de informação das demais forças ficassem subordinadas ao Exército. Na época, a Marinha não aceitou esse modelo, e voltou-se contra ele, adiando as instalações dos Codis.

Codi

Após o famigerado Ato Institucional 5 (AI-5), a ditadura começou a estruturar seu aparelho de repressão com os novos poderes que recebia. Criou-se, então, o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi). E a ideia de quem o idealizou era o comando do Exército.

Marinha

A Marinha achava que tinha organismos melhores de inteligência que as demais forças. Defendeu ficar só na análise. Com isso, à época livrou-se do serviço sujo da tortura, que ficou com o Exército. Curioso é que, agora, quem teria evitado o serviço sujo foi o Exército.

Câmara aprova urgência de PL contra fraudes no INSS

Jorge Messias diz que governo estuda acabar com descontos

Por Gabriela Gallo

Em meio às polêmicas referentes às fraudes de descontos ilegais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta terça-feira (20), o requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 1846/2025, que proíbe o desconto automático de mensalidades de associações e sindicatos nos proventos pagos pelo INSS. Esses descontos são a chave do esquema de fraude no INSS, que fere o governo e já provocou a saída de Carlos Lupi do Ministério da Previdência.

A medida foi o único tópico discutido na sessão desta terça-feira (20). De autoria do deputado Sidney Leite (PSD-AM), o projeto, porém, será discutido somente na próxima semana, segundo o presidente da Casa Hugo Motta (Republicanos-PB). Isso porque, como adiantado pelo Correio da Manhã, a pauta da Câmara está trancada em decorrência do projeto de lei que determina reajuste de carreira de servidores do Poder Executivo (PL 1466/25). Diante disso, a expectativa é que a Câmara vote o PL dos servidores públicos ainda nesta semana.

A proposta do projeto é uma resposta direta para a apuração da Polícia Federal (PF) na Operação Sem Desconto, que descobriu um esquema de descontos indevidos em beneficiários do INSS. Entre 2019 e 2024, de acordo com as autoridades, foram descontados va-



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Sidney Leite é o autor do projeto que visa dar fim às fraudes no INSS

lores mensais de aposentados e pensionistas sob a justificativa de que eles se tornariam membros de associações de aposentados – o que não era o caso, já que as vítimas não foram vinculadas a nenhuma associação. Ao todo, onze associações são investigadas. Os desvios dos recursos foram pelo menos R\$ 6,3 bilhões.

CPMI

Enquanto a Câmara precisa destravar a pauta para discutir o tema, segue a expectativa de que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), leia o requerimento que solicita a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o esquema de fraude. Para instalar a comissão, Alco-

lumbre precisa ler o requerimento em sessão conjunta no Congresso, marcada para a próxima terça-feira (27).

O pedido de abertura da comissão contou com a assinatura de 236 deputados federais e alcançou a maioria dos senadores, com 41 assinaturas. Dentre as assinaturas, o senador petista Fabiano Contarato (ES) também assinou a abertura do colegiado. Com isso, o ex-líder do PT no Senado contraria o posicionamento do Palácio do Planalto de adiar a instalação da CPMI o máximo possível.

Entrevista

Também nesta terça-feira, o advogado-geral da União (AGU) Jorge Messias participou do programa “Bom dia, Ministro”, da Agência Brasil de

Mauro Vieira contradiz Lula sobre China e Tik Tok

Carlos Moura/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

Em contradição ao que foi dito anteriormente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou nesta terça-feira (20) que o governo federal não fez nenhum convite formal para que representantes da China venham ao Brasil discutir a regulamentação do TikTok, plataforma originária do país asiático. A fala foi feita durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal.

“Não houve nenhum convite para nenhuma autoridade vir”, afirmou. “Não há, de forma alguma, programa de visita de especialistas para tratar do que quer que seja. Isso pode haver no futuro. Acho que o Brasil tem que regulamentar a questão das plataformas e, depois, é uma questão de tratar com o governo chinês. Porque também é diferente a questão dos algoritmos utilizados na China e no resto do mundo”, emendou Vieira.

A declaração, no entanto, diverge do que disse o presidente Lula na última terça-feira (13). Na ocasião, o petista afirmou ter solicitado diretamente ao presidente chinês o envio de um representante do governo de Pequim para dialogar sobre a regulamentação do ambiente digital no Brasil, com o objetivo de coibir “absurdos”. Lula declarou, ainda, que o pedido havia sido aceito e que um as-



Segundo Vieira, Lula é quem pediu que Janja falasse

essor seria enviado para participar das discussões.

Janja

Ao ser questionado pelo senador Sergio Moro (União-PR) sobre o suposto “constrangimento” envolvendo a primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja — que tomou a palavra durante um jantar com o presidente chinês Xi Jinping, na última semana —, o chanceler explicou que a participação dela foi, na verdade, um pedido direto de Lula para que a esposa abordasse o assunto.

“Eu estava presente, e foi uma menção que o presidente Lula fez, e ele pediu o auxílio, na hora, da primeira-dama. O fato específico que foi dito foi o seguinte: que não é possível

que se deixe, em plataformas digitais, a divulgação de temas de pornografia, de pedofilia e dos famosos desafios que correm nas redes digitais e que levaram à morte de uma criança de 8 anos, há pouco tempo, em Brasília, em um desafio para inalar desodorante”, iniciou Vieira.

Rui Costa

A situação ganhou destaque após um integrante da comitiva presidencial revelar ao portal G1 que a Janja teria protagonizado uma saída-justa na reunião. Ao deparar com a matéria, Lula saiu em defesa de sua esposa e questionou veementemente a forma como a informação chegou à imprensa, já que o encontro era reservado e somente havia alguns de seus ministros no

Comunicação (EBC). Dentre os assuntos discutidos na entrevista, Messias afirmou que teme que a instalação da CPMI possa atrasar o processo de ressarcimento dos beneficiários que tiveram recursos desviados ilegalmente.

Operação

A Polícia Federal apreendeu, na manhã desta terça-feira, cinco carros de luxo pertencentes a Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o “careca do INSS”. Ele é um dos suspeitos de participar do esquema de descontos ilegais em benefícios previdenciários a milhões de aposentados e pensionistas em todo país. A operação foi realizada após denúncia da senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

local. Interlocutores revelaram à Folha de S. Paulo que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, seria o principal suspeito do vazamento.

Em meio a rumores de desgaste dentro do governo, o presidente Lula teceu elogios a Rui Costa durante discurso na Marcha dos Prefeitos, nesta terça-feira (20), em Brasília. Na ocasião, classificou o ex-governador como “o mais bem-sucedido da história da Bahia”.

“O Rui é tratado como se fosse um cara que não deixa as coisas acontecerem. Quando, na verdade, todos vocês, prefeitos, devem ter um secretário que tem o mesmo papel que o chefe da Casa Civil. É fazer com que as coisas funcionem corretamente e que todos os secretários se dirijam a ele para que as coisas possam dar certo. Quero aproveitar, na frente dos prefeitos, agradecer o papel importante e relevante do Rui Costa”, declarou o petista. A fala é vista como uma tentativa de minimizar o impacto das notícias.

Também sobre o caso, a primeira-dama rebateu as críticas durante um evento do Ministério dos Direitos Humanos, na segunda-feira (19). Disse não admitir “que alguém me dirija dizendo que eu tenho que ficar calada”.

“Em nenhum momento eu calarei a minha voz para falar sobre isso. Em nenhum momento, em nenhuma oportunidade. Não há protocolo que me faça calar se eu tiver uma oportunidade de falar sobre isso”.